

## **Sensível e Supra-Sensível na Fundamentação da Metafísica dos Costumes**

*Paulo Roberto Pinheiro da Silva (Bolsista PIBIC/CNPq)*

*Orientador: Ricardo R. Terra*

*“Quel rapport a l’anthropologie morale avec la metaphisique des moeurs”*

*(Debos, V., “La Philosophie Pratique de Kant” Paris, PUF, 1969)*

*“whithout psycology, and indeed whithout empirical knowledge both of human nature and of the word in which we are, the application of moral principes would be impossible; and the more of such empircal knowledge we have , the better shall we be able to make sound moral judgements”*  
*( Paton, H. J. “The Categorical Imperative”, University of Pennsyvania Press, 1971, p 32).*

Nossa primeira epígrafe coloca a pergunta, que é a nossa, e a segunda afirma a necessidade da resposta a uma tal pergunta. A nossa proposta pode ser colocada de maneira bem concisa nos seguintes termos: pretendemos entender a relação existente entre o princípio moral por um lado, e a natureza humana e o mundo sensível, por outro lado, e isso no que diz respeito, não a fundamentação da moral kantiana, mas sim a sua realização. Enquanto não se possa falar de um princípio que independa da experiência, e que tenha, ainda, a universalidade e a necessidade que um tal princípio exige, o problema dessa relação não se coloca, a não ser de maneira genérica. Entretanto, a própria solução, que permite fundamentar um tal princípio, já coloca a relação entre mundo sensível e mundo inteligível. De maneira geral, poderíamos dizer que a relação é de submissão do mundo sensível em relação ao mundo inteligível e portanto o dever moral é uma lei prática necessária para todos os seres racionais. Essa asserção só não é problemática se colocada nessa generalidade. Não levando em conta algumas considerações, como: se tivéssemos a vontade inteiramente de acordo com a razão, a lei moral não se colocaria em termos de dever, ou seja, se não fosse possível agir em desacordo com o imperativo categórico ou até se fôssemos seres, unicamente, inteligíveis nossa vontade já seria simultaneamente a razão prática e a própria fundamentação de um princípio moral não teria sentido; quando se fala da aplicação do princípio de moralidade, o fato de que, o que deve acontecer nem sempre acontece, não é mais indiferente, pois é justamente a resistência que as inclinações se nos opõem que está em causa e, por conseguinte, a possibilidade de que essas inclinações se revelem em máximas que não estejam de acordo com o princípio de moralidade; não nos basta saber porque o

duplo ponto de vista faz com que não seja contraditório uma vontade em desacordo com o seu princípio objetivo de ação, mas gostaríamos de saber como e com que intensidade as inclinações podem se constituir em oposição à razão. O primeiro passo dessa investigação, diz respeito a leitura da "Antropologia do ponto de vista da pragmática". É a isso que nos propomos, pois, nas palavras de Delbos, "elle est mois l'appropriation de la morale rationnelle pure à l'homme que l'étude des conditons subjectives ainsi que des moyens qui favorisent ou entrevent l'accomplissement du devoir"

Gostaríamos agora de analisar algumas passagens da "Fundamentação da Metafísica dos costumes" com o intuito de justificar a legitimidade e a relevância de uma tal investigação.

Na passagem do conceito de boa vontade para o de dever já se põe o problema da relação entre uma vontade que não é imediatamente de acordo com o princípio de moralidade, pois para nós a moral tem que ser pensada como dever. Aqui o dever contém e completa a noção de boa vontade, uma vez que essa última na sua realização se depara com "limitações e obstáculos subjetivos, limitações e obstáculos esses que, muito longe de ocultarem e tornarem irreconhecível a boa vontade a fazem ressaltar por contraste com luz mais clara." Mesmo na própria formulação do princípio não se pode deixar de levar em conta esses obstáculos e ainda a sua relação com eles é que faz com que o valor moral se manifeste de maneira a mais brilhante. Mesmo que não entre em conta (e isso é completamente necessário) a fundamentação moral, na sua forma, tem já que levar em conta o duplo caráter do homem: enquanto submetido a leis empíricas e também tendo a razão como elemento que proporcionaria a limitação desse caráter empírico do homem. O dever é a formulação da moral para seres que não estão submetidos imediatamente a ela; a própria necessidade de algo que fundamente a moral é um problema para seres que são de tal forma que sua vontade não seja apenas animada pela moral. É assim que Kant, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, vê a necessidade de um princípio que dê consistência a moral: "O homem sente em si mesmo um forte contrapeso contra todos os mandamentos do dever que a razão lhe apresenta como tão dignos de respeito: são as suas necessidades e inclinações, cuja total satisfação ele resume sob o nome de felicidade" (*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*).

Se nos convencêssemos de que só é possível, para explicar uma ação moral, remetê-la a um encadeamento causal subjetivo (tendo esse encadeamento intimas relações com o mundo sensível), então, nesse caso, para cada ação poderíamos sempre encontrar uma série causal que a explicaria ou melhor, a ação se remeteria sempre, não a um princípio colocado fora desse encadeamento, mais sim a uma infinita sucessão que, por não poder ser entendida em todas as suas implicações, nunca daria conta da ação propriamente dita; a moralidade não poderia ainda ser assim chamada. Essa, que seria uma objeção a quem acreditasse pode tirar a moral da natureza humana, poderia se tornar, quando da execução do princípio objetivo, um problema a ser equacionado, uma vez que a causalidade subjetiva não é suprimida pela razão mas sim submetida e portanto teria que entrar em conta para a compreensão da natureza dessa submissão. A investigação da concepção de natureza humana para Kant nos ajudaria talvez a compreender porque aquilo que é de-

terminado pela razão, ou seja, aquilo que deve ser, nem sempre ocorre, nem sempre é.

O problema da felicidade ajuda a colocar a nossa questão de maneira mais precisa, uma vez que é, de maneira paradoxal, o conjunto de todas as inclinações. Numa passagem da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant diz: "Ora, é impossível que um ser mesmo o mais perspicaz e simultaneamente o mais poderoso, mas finito, possa fazer idéia exata daquilo que quer propriamente [no que diz respeito a felicidade]. Se é riqueza que ele quer, quanta inveja e quanta cilada não pode ele chamar sobre si![...] etc. Em resumo, não é capaz de determinar, segundo qualquer princípio e com plena segurança, o que é que verdadeiramente o faria feliz; para isso seria preciso a onisciência" (Kant, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* p 221). Nota-se com clareza que a relação da vontade, que busca algo na perspectiva de atingir um contentamento, com a realização desse contentamento é uma relação contraditória, uma vez que: por um lado, não é possível na seqüência de estados de alma prever os desdobramentos que a posse de algo pode conter; por outro lado, o próprio conjunto de inclinações não é um todo coerente podendo conter necessidades que se contradizem entre si. A felicidade portanto não pode se constituir como princípio de uma moral racional, de uma moral racionalmente estabelecida com rigor e coerência. É então impossível a coincidência entre o que é bom e o que é agradável. Entretanto, se levarmos em conta outra passagem do mesmo texto em que Kant diz (com respeito a felicidade não como inclinação mas como dever), "pois a ausência de contentamento com o próprio estado num torvelinho de muitos cuidados e no meio de necessidades insatisfeitas poderia facilmente tornar-se numa grande tentação para transgressão dos deveres" (Idem, p 207). Aqui o que se aprecia não é mais a pureza da vontade que ele quer fundamentar, mas sim a própria realização da sua moral que esta em causa, pois uma vez descartada a felicidade enquanto princípio para a vontade ela ainda subsiste enquanto dever que, de certa forma, leva em conta também o estado e a situação daquele que age. Não consideramos aqui estas passagens como contraditórias, mas sim como tratando de questões complementares: primeiro, do estabelecimento de um princípio universal e rigoroso para o agir moral e depois dos problemas que suscita o funcionamento desse princípio. É, portanto, no problema da felicidade que se manifesta claramente a importância da situação em que se encontra quem age; pois se a felicidade não pode ser um princípio de ação ela também é um dever. Esse dever leva em conta tanto a natureza humana (pois o contentamento é um aspecto psicológico), quanto a situação empírica em que se encontra quem tem de agir (pois o contentamento está também ligado à relação entre mundo sensível e as inclinações do homem).

O nosso problema se manifesta também em um ponto da *Fundamentação* em que Kant nota que não existe contradição numa vontade que não se submeta necessariamente ao princípio de moralidade uma vez que nos consideramos "ora do ponto de vista de uma vontade totalmente submetida a razão, ora, por outro lado, vemos a mesma ação do ponto de vista de uma vontade afetada pela inclinação" e ao invés de contradição da vontade consigo própria o que temos é a resistência das inclinações às prescrições da razão. Claro que sendo esse um passo para elaboração do conceito de moralidade, primeiro, e para a fundamentação do mesmo, em seguida,

não é caso aqui de um aprofundamento da relação da vontade enquanto afetada pelas inclinações, e ao mesmo tempo podendo resistir a essa influência pois que submetida a razão. Mas no que toca a sua realização é justamente o que se deve levar em conta. Portanto, podemos nos perguntar como podem as inclinações resistir ao princípio moral e a submissão necessária do sensível ao inteligível? Ao lado da coincidência da vontade com a razão, devemos também tornar claro a relação entre vontade e sensibilidade, pois não podemos, no que diz respeito a realização da moral kantiana, desconsiderar agora ao lado do que deve acontecer o que por vezes acontece e portanto a relação entre Moral e Antropologia.

### **Bibliografia**

- KANT I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, ed. Abril, São Paulo, 1974.  
\_\_\_\_\_. *Anthropologie du Point de Vue Pragmatique*, J Vrin, Paris, 1964, traduction par Michel Foucault.
- DELBOS, V. *La Philosophie Pratique de Kant*, PUF, Paris, 1969.
- PATON, H. J. *The Categorical Imperative, a study in Kant's moral philosophy* University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1971.